



Número: **0801680-46.2019.8.18.0033**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara da Comarca de Piripiri**

Última distribuição : **03/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.687,50**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GIL CELIO DE MENESES FONTENELE (AUTOR)		HIGOR PENAFIEL DINIZ (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
58595 28	03/08/2019 13:05	Petição Inicial	Petição Inicial

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE PIRIPIRI - PI**

GIL CÉLIO DE MENESES FONTENELE, brasileiro, piauiense, convivente em união estável, motorista, portador do RG nº 1.129.856 SSP-PI, CPF nº 396.211.893-49, residente e domiciliado no Residencial Heráclito Fortes, Q-02, Casa 16, Brasileira - PI, CEP: 64265-000, telefone para contato: 86 99823-6360, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO-DPVAT

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS SEGUROS DPVAT**, pessoa jurídica portadora do CNPJ de nº. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.031-201, pelas razões fáticas e seus alicerces que ora passa a explicar:

1- DA EXPOSIÇÃO FÁTICA:

O Requerente foi vítima de acidente automobilístico, do qual resultaram sequelas, conforme documentos apensados. De posse da documentação necessária, o demandante protocolou pedido administrativo de pagamento do seguro DPVAT – Processo – sinistro nº 3190176042 não havendo a conclusão do referido processo, devido a falta de ato declaratório.

Ocorre, Nobre Julgador, que o requerente está impossibilitado de juntar a estes autos processuais, o documento exigido pela seguradora demandada (ato declaratório), uma vez que o boletim de ocorrência só foi feito dias depois ao ocorrido, bem como a ida ao hospital.

Desta forma, o requerente encontra-se impossibilitado de conseguir ato declaratório comprovando a data do acidente de fato, sendo este o empecilho/pendência apontada pela demandada para não efetuar o pagamento em favor do requerente.

Em contrapartida, a exigência alegada pela requerida para não efetuar o pagamento do seguro DPVAT, é de cunho meramente burocrático e protelatório, não havendo nenhum respaldo em lei.

A lei 6.194/1974, que rege/regulamenta o seguro DPVAT é bastante clara ao dispor:

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. *Grifei*

Desta forma, Excelência a documentação acostada aos



autos são bastante claras, contundentes, não havendo margens para dúvidas quanto a ocorrência do acidente automobilístico e dos danos decorrentes.

Não podemos olvidar que o autor juntou aos autos, bem como no processo administrativo junto a seguradora, declaração de residência, cópia de despesas médicas, declaração de proprietário do veículo, boletim de ocorrência.

Ademais, mostra-se necessário a realização de perícia com a qual podemos constatar incapacidade permanente no ombro esquerdo do Requerente.

Desta forma, de acordo com a tabela de pagamento do seguro DPVAT, o autor merece receber o valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devendo este ser complementado, com o acréscimo de correção monetária e juros moratórios, conforme §7º do artigo 5º da lei 6.194/1974.

II – DO DIREITO

O Seguro Obrigatório tem por finalidade dar proteção financeira às vítimas de acidentes de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendido *indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar*.

O direito pátrio amparado no inteiro teor da lei nº 6.194/74, e suas posteriores modificações, ampara o requerente como se vê:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Para melhor elucidação do caso em apreço, trazemos o artigo 7º da lei 6.194/74, que reza:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Excelência, ao analisar o dispositivo inserto no artigo 7º da lei 6.194/74, verificamos que ele obedece o determinado no artigo 5º do mesmo diploma legal, uma vez que autoriza o pagamento, mesmo nos casos de veículo não identificado. No caso em comento, verificamos que o acidente, os danos decorrentes e até o veículo foram devidamente identificados, restando tão somente um documento (declaração do proprietário do veículo) de



cunho meramente protelatório e burocrático, sem qualquer respaldo em lei.

III – DO RESSARCIMENTO PELOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS DESPENDIDOS PELO DEMANDANTE

Os honorários advocatícios provenientes do ato ilícito da parte adversa é INDENIZAÇÃO por perdas e danos, conforme preceitua o art. 389 do CC, NÃO PODENDO SER CONFUNDIDO COM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, onde realmente há vedação na esfera dos Juizados Especiais (art. 55 da Lei 9.099/95).

“Art. 389 do CC: Não cumprida à obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e HONORÁRIOS DE ADVOGADO. (grifos nossos)”

De fato, há fundadas decisões que *admitem* a cobrança dos honorários advocatícios extrajudiciais pela parte vitoriosa, além das verbas de sucumbência, aplicando a novel sistemática por força da expressa menção a *honorários* contida no bojo dos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil vigente, que tratam de indenização.

A melhor doutrina assim preceitua:

HAMIDCHARAF BDINE JR., ao comentar os arts. 389 e 404 do Novo Código Civil, observa que “ao acrescentar a verba honorária entre os valores devidos em decorrência das perdas e danos, parece que o legislador quis permitir que a parte prejudicada pelo inadimplemento possa cobrar o que despendeu com honorários, seja antes de ajuizar a ação, seja levando em conta a diferença entre aquilo que contratou com seu cliente e aquilo que foi arbitrado a título de sucumbência. Não se pode supor que tenha feito menção a essa verba apenas para os casos de ajuizamento da ação, quando houver a sucumbência, pois, nessa hipótese, a solução já existiria no art. 20 do Código de Processo Civil e não é adequada à interpretação que conclui pela inutilidade do dispositivo”.

Verifica-se que a demandada deve ressarcir todas as despesas efetuadas pelo demandante. Ora, se o mesmo contratou um advogado para ajuizar a ação, atinente despesa deverá ser suportada pela empresa demandada. Ressalte-se: não se trata aqui de honorários sucumbenciais (estes vedados pela JECC) e sim de honorários contratuais.

VI - DOS PEDIDOS:

Pelo Exposto, requer:



- a) Seja determinada citação da requerida, via AR, na pessoa de seu representante legal, para responder, querendo, os termos da presente ação, sob as penas da lei;
- b) Seja acolhida a presente ação, condenando a requerida ao Pagamento do Seguro Obrigatório ao requerente, no valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devidamente corrigido e atualizado na data do pagamento, tomando como parâmetro o valor global do seguro;
- c) Requer a realização de perícia médica a fim de constatar a incapacidade permanente no ombro esquerdo do Requerente;
- d) Requer, desde já, indicação à penhora de dinheiro em espécie, já que trata de instituição financeira;
- e) Requer a aplicação de juros moratórios de 1% ao mês dos honorários contratuais na base de 20% do valor da condenação;
- f) A produção de todos os meios de provas em direito admissíveis.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Nesses termos,
pede deferimento.

Piripiri - PI, 03 de agosto de 2019.

Dra. Carmen Gean Veras de Meneses
Advogada OAB/PI nº. 4119

Dr. Higor Penafiel Diniz
Advogado OAB nº. 8500

